

GEOGRAFIA DO VOTO E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE GRUPOS MARGINALIZADOS: ELEIÇÕES DE 2020 DE VEREADORAS NEGRAS EM SÃO PAULO

Thaynara Godoi dos Santos¹

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
Bonn, Alemanha



Daniel A. de Azevedo²

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, DF, Brasil



Enviado em 12 jan. 2024 | Aceito em 16 fev. 2024

Resumo: O ano eleitoral de 2020 foi um marco importante para o processo democrático brasileiro por representar uma crescente participação de grupos marginalizados da política tradicional. O objetivo deste estudo é analisar se houve um aumento da representação do tipo espelho a partir da distribuição espacial dos votos nas eleições de 2020 para vereadoras negras no município de São Paulo. Os métodos utilizados consistem em análises de correlação estatística (Índice de Spearman) e mapeamento dos padrões espaciais de votação, a partir do Índice de Moran I e das contribuições teórico-metodológicas da geografia eleitoral. Ademais, a atuação das parlamentares eleitas foi analisada para colaborar a análise dos resultados. Como resultado, a pesquisa aponta que o aumento da representação de grupos marginalizados, como mulheres negras, não aparenta ser um reflexo de voto-espelho de matriz étnico-racial, mas pode estar mais associada a uma representação mais substantiva, relacionada a ideias e preferências do público.

Palavras-chave: Representação Política; Geografia Eleitoral; Raça; Gênero; São Paulo.

ELECTORAL GEOGRAPHY AND THE POLITICAL REPRESENTATION OF MARGINALIZED GROUPS: 2020 ELECTIONS OF BLACK WOMEN TO CITY COUNCILS IN SÃO PAULO

Abstract: The 2020 election year was an important milestone for the Brazilian democratic process as it represents a growing participation of marginalized groups from traditional politics. This research addresses the political representation of black women and presents the importance of including different social groups in the legislative arena. Thus, the objective of this study is to understand the spatial distribution of votes in the 2020 elections for black female councillors in the city of São Paulo, through statistical correlation analysis (Spearman's Index) and the theoretical-methodological contributions of Ames (2001) Carvalho (2003), on spatial patterns of voting (Moran Index I). We also carried out a survey of the parliamentary performance of the councillors to interpret the main electoral strategies adopted. The results found we understand that the increase in representation of marginalized groups, such as black women, does not reflect an ethnic-racial matrix mirror vote, but is associated with a more substantive representation, related to the ideas and preferences of the public.

Keywords: Political Representation; Electoral Geography; Race; Gender; São Paulo.

GEOGRAFÍA DEL VOTO Y REPRESENTACIÓN POLÍTICA DE GRUPOS MARGINADOS: ELECCIONES DE CONCEJALES NEGROS EN SÃO PAULO EN 2020

Resumen: El año electoral de 2020 fue un marco importante para el proceso democrático brasileño por representar una creciente participación de los grupos marginados de la política tradicional. El objetivo de este estudio es analizar se houve um aumento da representação do tipo espelho a partir de la distribución espacial dos votos nas eleições de 2020 para vereadoras negras no município de São Paulo. Los métodos utilizados consisten en análisis de correlación estadística (Índice de Spearman) y mapeo de dos padrones espaciales de votación, a partir del Índice de Moran I y las contribuciones teórico-metodológicas de la geografía electoral. Además, a la atención de los parlamentares eleitas foi analisada para colaborar en el análisis de los resultados. Como resultado, a pesquisa aponta que o aumento de la representación de grupos marginados, como mujeres negras, no aparente ser un reflejo de voto-espelho de matriz étnico-racial, pero pode estar más asociado a una representación más sustantiva, relacionada con ideas y preferencias hacer público.

Palabras clave: Representación Política; Geografía Electoral; Raza; Género; São Paulo.

1. Geógrafa, Consultora em Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0970-543X>. E-mail: thaynaragodoi12@gmail.com.

2. Doutor em Geografia Humana, Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5354-128X>. E-mail: daniel.azevedo@unb.br.

Introdução

As eleições municipais de 2020 são um marco político no Brasil por representar um número crescente de candidatas negras eleitas nos municípios: houve um aumento de 16% quando comparamos às eleições de 2016 (TSE, 2022). Esta história recente de mudança na representação política demonstra enormes oportunidades para o aumento contínuo da participação feminina negra nas arenas legislativas, o que teria potencial para promover uma mudança nas agendas e nos debates políticos (MEIRELES; ANDRADE, 2017).

Neste contexto, o objetivo principal do estudo é analisar a distribuição espacial dos votos das eleições de 2020 para vereadoras negras no município de São Paulo a fim de investigar se há um aprofundamento da representação do tipo espelho (descritiva). Nesse sentido, busca-se compreender o crescimento da representação de grupos historicamente marginalizados³ da política brasileira à luz da geografia eleitoral, embora este ainda seja um campo pouco explorado na ciência geográfica brasileira (CASTRO, 2020; AZEVEDO, 2023).

Esta pesquisa parte da discussão teórico-conceitual sobre representação política e suas distintas caracterizações, em especial a representação-espelho ou descritiva. Após apresentarmos as críticas já amplamente realizadas, defendemos a inclusão política de grupos marginalizados baseada nas ideias de Young (2006) e na consideração da ampliação da representação por meio da inclusão dos diferentes.

A escolha do município de São Paulo se dá porque esse município representa o maior colégio eleitoral do Brasil, com mais de oito milhões de eleitores (TSE-SP 2020), tornando-se um objeto de estudo fundamental por explorar a dinâmica espacial de votação, o que ajuda a explicar as diferenças e as estratégias das candidatas para a conquista do voto. Como caminho metodológico utilizamos o índice de correlação linear Spearman entre os votos recebidos por essas candidatas eleitas e as variáveis de raça (população branca e população negra), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e a quantidade de população masculina e feminina do município de São Paulo. Em seguida, caracterizamos os padrões espaciais de votação a partir das contribuições teóricas de Ames (2001) e Carvalho (2003), por meio do Índice de Moran e o Índice de dominância. Por fim, optamos por analisar a atuação parlamentar dessas vereadoras durante o seu mandato, entre janeiro de 2021 a abril de 2022.

Para desenvolver esta análise, o trabalho foi dividido em quatro partes: primeiro, reunimos as principais contribuições teóricas sobre o conceito de representação política, com a finalidade de entender a importância da inserção de grupos marginalizados nos espaços de deliberação; em seguida, analisamos a importância do voto a partir da geografia eleitoral; em terceiro momento, apresentamos e justificamos o banco de dados e a metodologia utilizada; e, por último, discutimos os resultados à luz da base teórica anteriormente apresentada.

Representação de grupos marginalizados

Apesar de ter raízes antigas, como no *Leviatã* de Hobbes, foi nas últimas décadas que o conceito de representação política entrou de vez na pauta da Ciência Política e outros campos correlatos (LAVALLE, 2015), surgindo como um conceito controverso e bastante polissêmico (PITKIN,

³ Em geral, a literatura denomina esses grupos como minoritários apesar da população negra representar cerca de 54% da população brasileira (IBGE 2010). Na sociologia, o termo *minoría* refere aos grupos excluídos das mais diferentes esferas de poder, especialmente o poder político. Iremos, todavia, optar pela denominação "marginalizado", já que, na geografia, o conceito de minoria étnica apresenta uma espacialidade muito específica, como podemos ver em Gusic (2019).

1971; REGALIA, 2004). De modo geral, refere-se ao representante que controla o poder político que é cedido pelos representados ou aqueles que “não podem estar presentes” (REGALIA, 2004, p.234), isto é, quando alguém que não está presente passa a ser representado (PITKIN, 1971; SCHMITT, 2006).

Para compreender os desafios da democracia contemporânea e pensar a incorporação dos grupos sociais historicamente excluídos das deliberações do poder, a democracia moderna de massas não poderia evitar a representação (DAHL, 2009), algo reconhecido até mesmo por correntes que defendem o que se denominou como democracia participativa (AZEVEDO, 2021). Ainda que, atualmente, a discussão acadêmica esteja centrada em outras formas de representação, especialmente oriunda da sociedade (LAVALLE, 2015; ALMEIDA, 2015; LUCHMANN, 2015), nesta pesquisa o foco volta a ser naquela institucional, ligada aos aparatos do Estado a partir do processo eleitoral.

Nesse contexto, muito já foi discutido sobre uma suposta crise da representação política⁴, que comprometeria a ligação entre os representantes e os representados. Tal crise estaria ocorrendo, em grande parte, nos países com democracias mais consolidadas, manifestada pela baixa participação eleitoral e pelo desinteresse político (MIGUEL, 2003; SACCHET, 2012). Para tentar explicar a desconfiança das instituições democráticas, em especial do Brasil, são apresentados, em geral, três conjuntos de evidências. O primeiro se refere à redução do comparecimento eleitoral: apesar do voto brasileiro ser obrigatório, compreende-se como abstenção a diminuição da participação eleitoral, além do crescimento dos votos nulos ou brancos. A segunda evidência seria a ampliação da desconfiança em relação às instituições medida por meio de *surveys*. Por fim, a terceira evidência pode ser vista no esvaziamento dos partidos políticos, possivelmente em decorrência da burocratização de suas estruturas internas e dos efeitos dos meios eletrônicos de comunicação na redução de sua influência no processo eleitoral (MIGUEL, 2003).

Essa crise de representação política é apresentada como uma possível consequência de um descrédito dado pelos representados ao seu papel de influência e à real representação exercida pelos eleitos (YOUNG, 2000). Nessa discussão, o crescimento da defesa de grupos historicamente marginalizados na vida pública é um tema atual, especialmente aqueles relacionados às questões de gênero e raça, assuntos comumente encontrados nos meios de comunicação, ações e discursos políticos (YOUNG, 2000).

Nesse debate, as contribuições da filósofa política Hannah Pitkin (1971) são cruciais. A autora classifica e sintetiza filosoficamente o conceito de representação política e fornece, talvez, uma das definições mais diretas: representar é “tornar presente novamente” (*idem.*, p.50), isto é, refere-se ao modo como os membros do parlamento representam as pessoas que os elegeram. A autora investiga o conceito de representação e aborda quatro tipos: a) representação formalística; b) representação simbólica; c) representação substantiva ou representação como um ato de agir; e d) representação descritiva ou espelho.

Para compreender a representação formalística, Pitkin (1971) faz uma analogia com uma “caixa preta” moldada pela entrega inicial de autoridade. Dentro dessa caixa, o representante pode agir livremente; no entanto, se ultrapassar os limites dessa caixa, deixará de representar adequadamente. Dessa forma, a representação formalística é caracterizada tanto pela autoridade quanto pela prestação de contas (*accountability*). A autoridade indica que “o representante é alguém que recebe autorização para agir em nome de outro” (MAIOLINO, 2014, p. 49), enquanto a *accountability* se refere

⁴ Vale lembrar que a suposta “crise da democracia representativa” é vista com ressalvas por distintos autores, porém não cabe ao escopo desse trabalho entrar nessa discussão tão ampla e controversa. Para tanto, a leitura da obra de Bernard Manin, “As metamorfoses do governo representativo” (2018), oferece-nos uma importante reflexão nesse sentido.

à obrigação do representante de prestar contas aos representados por suas deliberações e decisões (idem, p. 50).

O segundo tipo é denominado representação simbólica, na qual o que importa não é o símbolo em si, mas “seu poder de evocar sentimentos ou atitudes” (PITKIN, 1971, p.93), isto é, refere-se aos sentimentos ou atitudes que o representante tem com aqueles que estão sendo representados. Para Mezzaroba e Moreira (2013), esse tipo de representação se refere ao significado que o representante tem para aqueles estão sendo representados, já que o “símbolo possui um significado além dele mesmo, não por mera semelhança ao referente, nem por qualquer conexão real, mas simplesmente porque é considerado pela sociedade” (idem, p.17).

Para Pitkin (1971), a representação substantiva é, entretanto, a mais importante da dimensão representativa. Segundo a autora, esse tipo inclui tanto um “fazer presente” quanto um “agir para”, isto é, não importa quem representa, desde que as ideias e as preferências do público estejam no espaço de deliberação. A representação precisa, portanto, agir no interesse dos representados, refletida na atuação parlamentar no campo legislativo (LOUREIRO, 2009).

Por fim, a representação descritiva ou espelho seria aquela que buscaria ser o retrato do povo, na qual os representantes apresentariam características sociológicas similares aos grupos que supostamente representam. Podemos entendê-la a partir da reflexão de que “aquilo que os representantes fazem é quem eles ou elas são” (MIGUEL, 2003, p.7). Segundo Pitkin, essa representação seria um microcosmo sociológico ou, nas palavras, de Regalia (2004), uma representação cartográfica da população. Sendo esse tipo de representação particularmente importante no debate sobre representação de grupos marginalizados por questões raciais e de gênero, que é o foco principal desta pesquisa, vale a pena debruçarmo-nos um pouco mais.

É importante notar que a representação descritiva pode ser encontrada na própria construção dos sistemas eleitorais, que, em geral, se baseiam em um vínculo espacial entre o eleitor e o eleito. Seja no formato majoritário ou no proporcional, as disputas eleitorais são de cunho territorial (JOHNSTON; PATTIE, 2003), refletida até mesmo em regras sobre domicílio eleitoral. Em outras palavras, a discussão sobre representação-espelho vai além das questões de gênero e de etnicidade (REYNOLDS, 2005) – correspondem também à ideia de representação local, ou seja, o vínculo geográfico de um representante é um componente crucial nos sistemas eleitorais e na geografia do voto (CHILDS; COWLEY, 2011).

Pitkin e outros autores criticam fortemente essa concepção, já que a “representação nunca é réplica” (PITKIN, 1971, p.66), isto é, esse tipo de representação não esclarece como as pessoas agirão uma vez que forem eleitas. Minta (2012) argumenta que os representantes devem ser julgados por suas ações (representação substantiva) e não apenas por sua proximidade de características de seus constituintes (representação descritiva).

Apesar das duras críticas à representação-espelho, a contribuição de Pitkin sobre os estudos de representação está presente em diversas pesquisas de gênero (SOUTHIER; ÁVILA, 2014) e raça (CASTRO; RAMOS, 2009; MITCHELL, 2009; CAMPOS; MACHADO, 2015; 2017; MOREIRA; KARRUZ, 2021). Em geral, os argumentos que predominam nessas pesquisas derivam de uma concepção de representação do tipo espelho, especialmente quando trazem a quantidade absoluta de mulheres e negros na sociedade brasileira e comparam com o número de representantes eleitos oriundos desses grupos.

Por um lado, concordamos com posições da agenda feminista que revelam que a pesquisa na intersecção de gênero e raça não oferece uma representação adequada de todas as mulheres e outros grupos marginalizados, ou seja, é impossível só uma pessoa representar as experiências e

opiniões de muitas outras (PHILLIPS, 1998; SCHWINDT-BAYER, 2010; YOUNG, 2006). Desse modo, corrobora-se aqui que não podemos cair no essencialismo de afirmar que mulheres, por serem mulheres, possuem uma capacidade natural de representar este grupo. Por outro lado, isso não significa que a inclusão de novos grupos sociais nas instituições representativas e nas discussões do debate político não seja importante, já que “na política de presença, em contraste, o gênero ou composição étnica das assembleias eleitas torna-se uma questão legítima de preocupação democrática” (PHILLIPS, 1998, p.103).

É nesse sentido que muitos teóricos optam por outras formas conceituais nas discussões relacionadas à representação descritiva. Termos como *política da presença* (PHILLIPS, 1998) e *différance* (YOUNG, 2006) ilustram a demanda por atores e atorras sub-representados nas instâncias de poder, com o objetivo de favorecer o debate sobre a representação política e o exercício democrático. Para Phillips (1998), a partir do conceito de *política da presença*, a participação das mulheres na arena legislativa ocorre na relação entre ideia e presença, já que os grupos marginalizados levariam suas experiências nas assembleias de tomada de decisão. Para ela, representantes masculinos também podem defender causas femininas, mas seria necessário a presença efetiva de grupos femininos para que ideias relacionadas a este grupo estejam nos espaços de deliberação, com uma representação não por unicidade, mas por múltiplas ideias. Para que isto ocorra, é preciso a presença física dos grupos excluídos nos locais de decisão, o que se traduzia, para Phillips (1998), na adoção de cotas eleitorais.

Contrária aos teóricos que julgam que a representação só seria válida se o representante fosse substituto ou espelho daqueles que representa, Young (2006) apresenta outra defesa sobre a representação de grupos sociais marginalizados. Sem se pautar por uma lógica identitária ou de substituição, mas sim por uma lógica que envolve uma relação mediada entre os eleitores e um representante, a autora aponta a representação como um importante meio de inclusão política. Em suas análises, a pesquisadora constrói o conceito de *différance* para formular uma nova noção de representação.

Pensar a partir da *différance* evidencia a sua pluralidade. A representação envolve a distinção e a separação entre representantes e eleitores, mas que, de algum modo, deve haver uma conexão, um relacionamento entre esses dois atores. Os representantes podem ser similares, porém não são idênticos, e o termo *différance* destaca intervalos de espaço e tempo. Sobre isso, Young (2006, p.146) afirma: “desenvolvo uma concepção da representação como um processo de antecipação e retomada que flui entre os representantes e os representados a partir da participação destes em atividades de autorização e prestação de contas”.

Para aplicar as questões teóricas no contexto brasileiro é importante ressaltar que, na esfera política, o Brasil é destacado como um dos países da América Latina com menor corpo feminino nas eleições (SCHWINDT-BAYER, 2010). Pensando a partir de uma perspectiva da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), as mulheres negras brasileiras, enquanto sujeitos históricos, sempre estiveram relegadas aos setores marginalizados da sociedade (ibidem, 2010). O racismo e o sexismo são presentes na vida dessas mulheres, caracterizadas por “ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (GONZALEZ, 1983, p.56).

Entendemos, portanto, que as posições de gênero e raça são desvalorizadas e carecem de voz na política efetiva. Nesse contexto, instrumentos como as cotas são apontados como importantes para aumentar a probabilidade de eleição de grupos marginalizados - “a política de cotas para mulheres trata-se de representação descritiva e está associada à melhoria da representação”

(SACCHET, 2012, p.32). Diversos instrumentos políticos foram utilizados para a ampliação da população feminina na arena legislativa brasileira, como a Lei 12.034/2009, que tornou obrigatório o preenchimento do percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas (ARAÚJO, 2001).

Em resumo, a partir do conceito de *différence* e política da presença sobre a representação de minorias e/ou grupos marginalizados, essa pesquisa não defende que, necessariamente, mulheres negras levam para o parlamento, enquanto eleitas, pautas relacionadas às questões de gênero e de raça. Porém, ainda assim, esses grupos trazem para a deliberação política um conhecimento e uma experiência de vida que tradicionalmente e historicamente foram excluídos na experiência política.

A espacialidade dos estudos eleitorais

Em primeiro momento, é possível definir a geografia eleitoral como o campo que busca a interação entre processos eleitorais e espaço/lugar, possibilitando entender como a organização do espaço pode influenciar as decisões dos eleitores e de que modo os candidatos manipulam o espaço para induzir resultados das eleições (JOHNSTON; PATTIE, 2004; AZEVEDO, 2023). Dada as inúmeras mudanças nas instâncias do poder, há a necessidade, por um lado, de que temas contemporâneos como classe, identidade, raça, gênero e sexualidade sejam incorporados à pesquisa em Geografia Eleitoral (WARF; LEIB, 2011), já que este campo de estudo nos ajuda a pensar sobre os desafios e as maneiras de aprofundar a democracia (BRAGA, 2008). Por outro, a Geografia Eleitoral pode trazer luz a temas em geral mais discutidos na Ciência Política, ajudando a construir pontes acadêmicas entre dois campos do conhecimento que pouco se comunicam (CASTRO, 2005; ETHINGTON; MCDANIEL, 2007; AZEVEDO, 2023).

Ainda que a conexão entre a teoria geográfica e as eleições tenha sido abandonada prematuramente (AGNEW, 1996), observa-se que esse não é um campo acadêmico novo. Em geral, o francês André Siegfried é frequentemente considerado o fundador da geografia eleitoral acadêmica (PATTIE; JOHNSTON, 2009), associando características físicas do ambiente a padrões de votação. Além disso, entre 1960 e 1980, os geógrafos eleitorais foram importantes na aplicação de métodos quantitativos e cartográficos para dados em diferentes escalas (GELAPE, 2017). Segundo Zolnerkevic (2018), desde o começo do século XX, os geógrafos vêm se debruçando sobre o tema eleitoral, adotando a perspectiva geográfica nas suas análises, integrando os efeitos tanto do comportamento eleitoral quanto da espacialidade do voto.

A necessidade de considerar o contexto geográfico nas análises eleitorais (AGNEW, 1996) nos leva a entender a principal questão desse campo de pesquisa: por que alguns candidatos atraem mais apoio eleitoral do que outros? (PATTIE; JOHNSTON, 2009). Para responder a essa pergunta é preciso compreender o processo eleitoral como um sistema que “envolve o uso do espaço como variável explicativa para compreender as escolhas do sistema eleitoral e seus resultados” (CASTRO, 2005, p.50).

A espacialidade do voto possibilita também interpretar as preferências dos eleitores, as taxas de participação e as correlações com vários fatores socioeconômicos, os efeitos da vizinhança sobre o comportamento político e o modo que os partidos políticos estão dispersos no espaço (JOHNSTON; PATTIE, 2004; ZOLNERKEVIC, 2018). Desse modo, entender quais tipos de pessoas votaram em quais partidos e/ou candidatos, onde e por que, pode nos fornecer considerações bastante interessantes sobre as estratégias espaciais de grupos étnicos marginalizados na busca por representação política.

Ao longo do século XX, a geografia eleitoral se tornou cada vez mais complexa, tanto teórica quanto metodologicamente (CUNHA, 2014). É possível classificar a geografia eleitoral a partir de três

abordagens metodológicas: 1) abordagem cartográfica; 2) abordagem ecológica; e 3) abordagem sócio-geográfica (SENDRA, 1988). A primeira diz respeito ao mapeamento de vários fatores associados às eleições, incluindo resultados eleitorais, níveis de participação eleitoral e mobilização partidária (VINEN, 2002). São utilizados programas de mapeamentos mais sofisticados para exibir geograficamente os resultados eleitorais. A segunda se refere ao uso de dados quantitativos e ajuda em reflexões úteis para a Geografia Política como uma ferramenta de análise de dados eleitorais (JOHNSTON; PATTIE, 2003). Pelo uso da estatística descritiva é possível uma análise de vários dados, associando os padrões espaciais de votação a distintas variáveis (ZOLNERKEVIC, 2018). A terceira abordagem se refere às questões sócio-geográficas do comportamento eleitoral, isto é, a análise dos efeitos contextuais para compreender o voto (AGNEW, 1996), revelando como o eleitor é influenciado pelo lugar e pelas suas características socioeconômicas e culturais.

Os métodos supracitados são importantes para a construção desta pesquisa, seja porque utilizamos de análises estatísticas com o intuito de generalizar dados sobre grandes populações e assim promover inferências sobre o eleitorado ou para entender a distribuição dos votos no território e por relacionar o contexto geográfico sobre área do estudo com os resultados eleitorais. É a partir dessa perspectiva que o percurso metodológico e o objetivo desta pesquisa foram traçados.

Embora os estudos de geógrafos em Geografia Eleitoral brasileira ainda sejam escassos (BRAGA, 2008; CASTRO, 2020; AZEVEDO, 2023), podemos encontrar algumas contribuições de outros profissionais, como nas obras de Carvalho (2003), Carraro *et al.* (2007), Nicolau e Peixoto (2007), Soares e Terron (2008), Terron (2009) e Gelape (2017). Autores como Soares e Terron (2008), Terron e Soares (2008), Gelape (2017) e Carvalho (2003) usam econometria espacial, representando em suas análises as contribuições da geoestatística sobre as implicações do voto. As obras de Braga (2003) e Carvalho (2003) enfatizam as publicações de Ames (2001) para definir padrões espaciais de votação. Por sua vez, Nicolau e Peixoto (2007) discutem a variação do resultado eleitoral a partir das escalas municipais, regionais e estaduais.

A geografia eleitoral é, portanto, um caminho necessário para a compreensão da rápida mudança do mundo político ao disponibilizar espaços para que grupos sociais possam expressar suas necessidades. Como resultado, possibilita um engajamento ativo em construir uma consciência crítica (CORNWALL; COELHO, 2007). Também por essa razão, este presente estudo destaca as eleições em escala municipal, já que é conhecida como a literatura oferece um retrato pobre e pouco detalhado sobre a geografia do voto nessa escala (SOARES; TERRON, 2008). Desse modo, mostram-se relevantes os estudos eleitorais em diferentes escalas (municipal, estadual e presidencial) com a finalidade de interpretar os votos na arena legislativa, além de entender o modo que os partidos políticos estão dispersos no espaço, de forma a controlar os resultados eleitorais (AUGUSTO, 2017).

Procedimentos Metodológicos

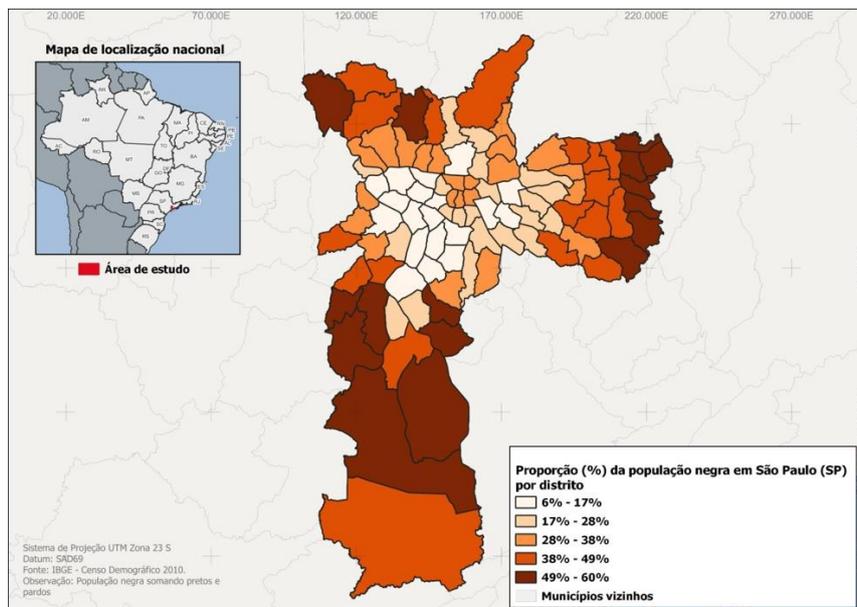
Esta pesquisa se fundamenta nos padrões espaciais de votação para responder à pergunta: como se configura espacialmente os votos recebidos pelas candidatas negras eleitas nas eleições municipais de São Paulo no ano de 2020? É possível perceber um aprofundamento de uma representação do tipo espelho?

Segundo o Mapa da Desigualdade (2022)⁵, o município de São Paulo possui diferenças espaciais raciais muito marcadas. Segundo essa publicação, todos os 15 distritos de São Paulo com

⁵ <https://www.terra.com.br/visao-do-corre/15-distritos-de-sao-paulo-com-mais-moradores-negros-ficam-nas-periferias-da-cidade,98a6137e5dfc3dfce49c8e49c88fca241m46bzmv.html> Acessado 20/05/2024.

mais de 50% dos moradores autodeclarados negros ficam em regiões periféricas da cidade. Jardim Ângela (60,1%), Grajaú (56,8%), Parelheiros (56,6%), Lajeado (56,2%) e Cidade Tiradentes (56,1%) são os distritos com maior proporção de população negra; já Alto de Pinheiros (8,1%), Itaim bibi (8,3%), Jardim Paulista (8,5%), Vila Mariana (8,7%) e Perdizes (9,4%) são aqueles de menor concentração (Figura 1).

Figura 1 – Proporção de população negra no município de São Paulo (SP)



Dados: IBGE, 2010. Organização dos autores.

Utilizamos como base de análise o modelo criado por Barry Ames (2001), apresentando uma taxonomia espacial das bases de votação. O autor destaca quatro padrões espaciais de votação, a saber: concentrado-dominante, concentrado-compartilhado, disperso-dominante e disperso-compartilhado.

Segundo ele, o padrão espacial concentrado-dominante é caracterizado pelos redutos eleitorais em que o eleito domina um grupo de municípios contíguos – no caso desta pesquisa, as zonas eleitorais – e outros candidatos raramente se atrevem a concorrer em seu reduto impermeável. O segundo padrão de votação é o concentrado-compartilhado, comum em regiões metropolitanas e áreas populosas, onde o candidato consegue se eleger sem obter uma concentração de votos nos municípios. O padrão disperso-compartilhado inclui candidatos que ocupam nichos ideológicos, como grupos religiosos e grupos étnicos. Segundo Ames (2003), candidatos “buscam votos em setores do eleitorado numericamente pouco expressivos em qualquer município” (AMES, 2003, p.70). Por fim, o padrão disperso-dominante está ligado a duas características em candidatos: a realização de acordos com líderes locais e/ou o apoio eleitoral em distritos não contínuos.

Para operacionalizar os padrões de votação, utilizamos a contribuição dos autores Terron, Ribeiro e Lucas (2012), a fim de compreender a dominância das candidatas eleitas pelo Índice de Dominância e o padrão disperso ou concentrado pelo índice de Moran I para avaliar a distribuição espacial dos municípios onde as candidatas vão bem (ibidem, 2012). Para identificar a dominância do candidato utilizamos a seguinte fórmula: $D_i = \sum(v_i/p_i) / \sum(p_i)$, onde i = são as candidatas negras eleitas (1 a 4); v_i = porcentagem dos votos do candidato i no distrito de São Paulo x em relação ao total

de votos para vereador; p_i = porcentagem dos votos do candidato i no distrito eleitoral x em relação ao total de votos no candidato i no município.

O uso do Índice de Moran local e global é interessante para identificar a estrutura de correlação espacial a fim de descrever os dados para estimar a autocorrelação espacial entre áreas (LUZARDO; CASTAÑEDA FILHO; RUBIM, 2017), variando entre -1 e $+1$, indicando uma correlação no território (TERRON; RIBEIRO; LUCAS, 2012). Desse modo, utiliza-se esse índice nos processos eleitorais para compreender a dominância do voto nos distritos eleitorais, assim como o mapa de espalhamento de Moran ou de *clusters* para identificar os padrões coerentes de aglomeração no espaço, que serão descritos mais adiante.

A fim de interpretar os resultados eleitorais, a pesquisa emprega em sua análise a correlação de Spearman para estimar a relação entre as variáveis de interesse e a porcentagem do voto, já que o teste de Shapiro-Wilk demonstrou que a distribuição de dados é não-paramétrica, dificultando outros tipos de correlação. Escolhemos como variáveis de interesses dados socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), população negra⁶ e branca e gênero (homem e mulher), fornecidos pelo site Dados Abertos da prefeitura de São Paulo. Em seguida, realizamos cálculos de coeficiente de determinação para conhecer o tamanho de efeito a fim de ter uma maior robustez das análises estatísticas.

É importante destacar que esses dados socioeconômicos estão divididos por distritos e os dados de votação disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são encontrados em zonas eleitorais e/ou seções eleitorais. Para tanto, cruzamos o quantitativo de votos apurados (disponível no Repositório de Dados Abertos do TSE) com as informações dos endereços dos locais de votação (arquivo eleitoral por local de votação). Ao cruzar as informações com o *software* ARCGIS, é possível encontrar o distrito de cada local.

Por fim, realizamos um levantamento dos projetos de leis aprovados e em tramitação disponíveis no site da Câmara Municipal de São Paulo, assim como um levantamento das campanhas eleitorais presentes nas redes sociais das candidatas. A partir da atuação parlamentar foi possível refletir sobre o papel de suas representações para o suposto grupo representado.

Resultados e Discussão

O processo de participação feminina nas instituições de deliberação de poder é acompanhado por uma notória sub-representação de mulheres, conforme é refletido em extensas pesquisas e por grupos sociais que se queixam e apontam o caráter excludente da representação política (YOUNG, 2006), caracterizada no Brasil com o perfil médio de candidatos brancos na faixa de 40 anos e casados (TSE, 2020). As mulheres representam apenas 15% nos cargos eletivos do país. Isto se agrava se intersecionamos a questão racial: candidatas negras representam apenas 0,5% nos cargos eletivos (Procuradoria Especial da Mulher, 2019). Como se não bastasse, a mulher negra ocupa, por assim dizer, uma posição ímpar no Brasil: ela é confrontada por questões femininas e por problemas raciais, possuindo os piores indicadores em praticamente todas as áreas analisadas (IPEA, 2013).

Nas eleições de 2020 no município de São Paulo, 1.667 das candidatas estavam concorrendo ao cargo de vereadoras, sendo 108 negras (TSE, 2020). Dos resultados eleitorais, quatro mulheres negras foram eleitas, apresentando um aumento significativo em relação às eleições anteriores, visto que no ano de 2016 nenhuma mulher eleita era negra. A Tabela 1 apresenta as vereadoras eleitas

⁶ Nesta pesquisa consideramos a população negra definida a partir dos critérios do IBGE, sendo grupos autodeclarados como pretos e/ou pardos.

para a Câmara Municipal de São Paulo e seus respectivos partidos, bem como o número de votos recebidos.

Tabela 1 - Vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de São Paulo no ano 2022 e o número de votos recebidos

Vereadora	Partido	Número de votos recebidos
Erika Hilton ⁷	PSOL	50.508
Elaine Mineiro	PSOL	22.742
Luana Alves	PSOL	37.550
Soanaira Fernandes	Republicanos	17.000

Fonte: TSE – SP, 2020. Organização: dos autores.

Com o objetivo de entender o tipo de eleitorado que vota nessas mulheres negras utilizamos a regressão linear de Spearman (Tabela 2) como forma de avaliar a relação entre as dimensões do voto de cada vereadora eleita e os dados socioeconômicos da população, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), população preta e branca e gênero (população masculina e população feminina). Varia entre -1 e $+1$, sendo que $+1$ é uma associação perfeita e positiva e -1 é uma associação perfeita negativa. Segundo Baba *et al.* (2014) existem 5 parâmetros para medir o nível de correlação de Spearman, sendo: 1) muito fraca (0,0 a 0,19); 2) fraca (0,2 a 0,3); 3) moderada (0,4 a 0,69); 4) forte (0,7 a 0,89); e 5) muito forte (0,9 a 1). Para esta pesquisa, procuramos analisar correlações com o índice forte, já que quanto mais perto de 1 (independente do sinal) maior é o grau de dependência estatística linear entre as variáveis (PARANHOS *et al.*, 2014). Outro ponto importante da estatística descritiva é o valor-p para determinar se a correlação entre as variáveis é significativa. A literatura presente esclarece que o valor-p é definido como a probabilidade que varia de 0 a 1 (0 a 100%), com o objetivo de entender se a diferença detectada entre as variáveis analisadas pode ter ocorrido ao acaso ou não. Assim, valores menores que 0,05 são considerados variáveis estatisticamente significantes para o modelo de pesquisa (FERREIRA; PATINO, 2015).

A Tabela 2 apresenta os resultados das correlações obtidas. Nem todas as variáveis se correlacionaram significativamente ($p < 0,05$):

Tabela 2 - Correlação de Spearman a partir de dados socioeconômicos e eleitorais no município de São Paulo

Vereadoras	População Branca	Variância de efeito (tamanho de efeito, r^2)	População Negra	IDHM	População masculina	População feminina
Erika Hilton (PSOL)	0,738*	54%	0,187	0,302*	0,477*	0,530*
Luana (PSOL)	0,479*	23%	-0,049	0,371*	0,196*	0,246*
Elaine (PSOL)	0,641*	41%	0,295*	0,079	0,524*	0,566*
Sonaira (Republicanos)	0,827*	68%	0,394*	0,044	0,633*	0,673**

*Nota: $p < 0,05$

Fonte: Censo 2010, TSE 2020, e dados abertos da prefeitura de São Paulo. Organizado pelos autores.

Dos resultados encontrados na Tabela 2, apenas a variável raça (população branca) possui uma correlação forte e moderada para as vereadoras de São Paulo. A vereadora Erika Hilton (PSOL) e

⁷ A vereadora Erika Hilton (PSOL) tornou-se a vereadora mais votada do Brasil e a primeira mulher transexual a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo. Embora a proposta deste artigo não seja refletir sobre os espaços ocupados pelas candidaturas transexuais, o feminismo negro dialoga com interseções de gênero e raça sobre distintas opressões, logo a vereadora ocupa o nosso objeto de estudo como mulher e negra (AKOTIRENE, 2019).

Sonaira (Republicanos) possuem correlação de Spearman forte e positiva, de 0,738 e 0,827, respectivamente, seguidas por Elaine (PSOL) com um nível moderado (0,479). Essa informação é melhor interpretada ainda pelo cálculo do coeficiente de determinação (r^2), que busca entender o tamanho de efeito da correlação representado na Tabela 2. O tamanho de efeito demonstra a forte associação entre as variáveis voto e população branca, seja para o caso de Sonaira (68%) ou para Erika Hilton (54%), o que aparece também com força relativa em Elaine (41%)⁸. Essas candidatas negras receberam mais votos de áreas com população predominantemente branca.

Se, por um lado, essas vereadoras compõem uma associação forte e moderada com a população branca, por outro, a população negra obteve o menor coeficiente de Spearman. As vereadoras Elaine (PSOL) e Sonaira (Republicanos) não apresentaram um valor-p significativo, o que revela que não há correlação relevante entre os votos recebidos e a população negra. Apesar da correlação ser significativa, a força é muito fraca para as vereadoras Erika Hilton (PSOL) e Luana (PSOL), em outras palavras, ser um eleitor negro parece não ter influenciado no voto dessas candidatas. As quatro vereadoras eleitas adquiriram uma correlação fraca para o eleitorado negro, sendo que Luana (PSOL) chegou a apresentar correlação negativa com essa variável, algo particularmente relevante, já que é filiada a um partido conhecido por defender pautas do movimento negro.

A análise das campanhas políticas quando eram candidatas aponta que as vereadoras do PSOL eram aquelas que mais apresentavam pautas ligadas ao que, em geral, se entende como movimento negro e feminista; já a então candidata Sonaira (Republicanos), mesmo também sendo negra, não apresentava essas pautas, tornando-se um exemplo do que foi discutido anteriormente sobre a dificuldade de definição de uma agenda comum a uma suposta representação-espelho de um grupo. Como veremos mais adiante, esse dado também se reflete na atuação parlamentar das vereadoras.

Das outras variáveis apresentadas na Tabela 2, o IDHM também aparece com a correlação fraca apenas para as vereadoras Erika Hilton (PSOL) (Spearman = 0,302) e Luana (PSOL) (Spearman = 0,371), onde encontramos o valor-p estatisticamente significativo. Isso significa dizer que quanto maior o IDH, maior a chance de votar nessas candidatas, apesar da correlação não ser forte. As variáveis de gênero para correlacionar o voto das vereadoras resultam em uma correlação moderada para as candidatas eleitas.

Com a finalidade de entender os padrões espaciais de votação das candidatas eleitas pela Câmara Municipal de São Paulo, foram destacados o índice de Moran, o índice de dominância e a taxonomia de Ames (2003), conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - índice de Moran, o índice de dominância e a taxonomia produzida por Ames (2001)

Vereadoras	Concentração (índice de Moran)	Dominância	Taxonomia de Ames
Erika Hilton - (PSOL)	0,626	0,48	Compartilhado Concentrado
Sonaira Fernandes - Republicanos	0,496	0,16	Disperso/Compartilhado
Luana Alves - (PSOL)	0,609	0,37	Compartilhado Concentrado
Elaine Mineiro - (PSOL)	0,396	0,21	Disperso/Compartilhado

Fonte: Organizado pelos autores.

⁸ O tamanho de efeito difere matematicamente dos dados da relação porque os valores de correlação crescem de modo linear, mas as associações das variáveis crescem de modo exponencial.

Nos resultados encontrados, o Índice de Dominância é inferior a 1 para as quatro vereadoras eleitas. Segundo Ames (2003), candidatos com a menor média ponderada no Índice de Dominância compartilham suas zonas eleitorais com outros candidatos. O autor também esclarece que a dominância de votos é relacionada ao pertencimento dos candidatos que possuem núcleos familiares com grande influência na região ou a ter iniciado a carreira ou ocupado cargos anteriores, ou ainda, ter feito acordo com líderes locais, não sendo o caso do perfil das vereadoras. As candidatas eleitas foram classificadas como perfil compartilhado, já que seus votos estão em regiões mais populosas dos distritos eleitorais. Esse fato é reflexo da demografia do município de São Paulo, que concentra uma população de eleitores capaz de eleger vários candidatos, sendo o maior colégio eleitoral do país.

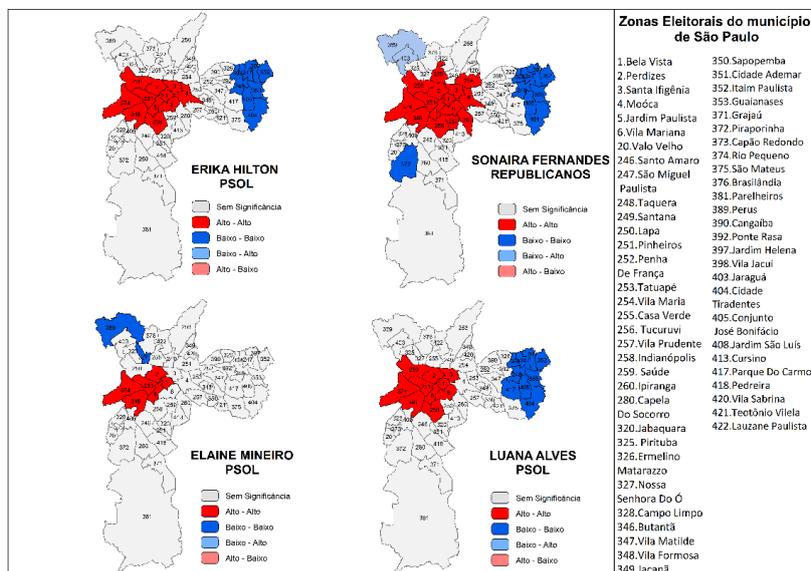
Na Tabela 3, os resultados mostram o padrão disperso de votação presente nas vereadoras Sonaira Fernandes (Republicanos) e Elaine Mineiro (PSOL). Ames (2003) afirma que o padrão disperso de votação representa grupos étnicos, como grupos de eleitores numericamente fracos, dando exemplos dos nipo-brasileiros ou nichos ideológicos, como grupos evangélicos. São grupos sociais com interesses muito específicos que não conseguiram exercer uma dominância ou concentração nas áreas eleitorais. A partir dessa analogia, entendemos que o padrão mais disperso é explicado como a ausência do exercício de uma dominância ou concentração nas áreas eleitorais. Portanto, a dispersão dos votos nos distritos no caso da Sonaira (Republicanos) pode ser explicada pela característica desta candidata, que teve em sua campanha pautas relacionadas ao conservadorismo, aliadas às ideias de religião e família. Por sua vez, Elaine Mineiro (PSOL), também representa interesses específicos como participante de um mandato coletivo, conhecido como Quilombo Periférico. Cabe destacar que, talvez, por ser um mandato coletivo, a candidata tenha conseguido dispersar mais seu voto, a partir da conhecida estratégia eleitoral denominada de *voto amigos e vizinhos* (KEY, 1984; MUNIS, 2021), já que há mais locais de residência em jogo. Foge do objetivo deste artigo essa resposta, mas reforçamos a necessidade de pesquisas sobre os mandatos coletivos, algo pouco conhecido ainda na literatura brasileira (MAGARIAN, 2023).

Para as vereadoras como Luana Alves (PSOL) e Erika Hilton (PSOL), verifica-se um comportamento bastante distinto, já que ambas conquistaram o padrão mais concentrado de votos. O padrão concentrado é quando “o candidato concentra seus votos apenas em um determinado grupo de distritos contíguos” (BRAGA, 2008, p.87). A possibilidade dessas vereadoras se concentrarem em determinados territórios vislumbra uma nova tendência de concentração territorial dos votos de grupos considerados marginalizados das instituições de poder. É interessante comparar a votação concentrada das duas candidatas do PSOL com a votação dispersa da vereadora do Republicanos. A pesquisa indica que a defesa de valores como “religião e família” possuem maior caráter de captação de votos no território do que pautas relacionadas às questões de raça e gênero, que possuem votos mais concentrados com correlação de população branca.

Uma outra etapa importante é a análise do mapa de *cluster* (utilizando o *software* Geodata) ou espalhamento de Moran (Figura 2) para entender o grau de conexão deste candidato com seu território eleitoral (TERRON; RIBEIRO; LUCAS, 2018). Nos resultados encontrados, foi possível identificar os padrões alto-alto, baixo-baixo e baixo-alto, em que há autocorrelação espacial e a concentração de percentuais de votos em maior ou menor intensidade nos distritos do município de São Paulo. Assim, percebe-se que as vereadoras que conquistaram os valores alto-alto (indicados pela cor vermelha) obtiveram concentração de voto nas zonas oeste e centro-sul do município de São Paulo. O padrão baixo-baixo (indicado pela cor azul) indicam regiões onde não há uma concentração de votos, encontrado de modo distintos entre as vereadoras. Já as zonas classificadas como sem

significância (indicadas em tons de cinza) são áreas em que o índice de Moran respondeu como não havendo uma relação das variáveis para determinar a concentração ou a dispersão dos votos.

Figura 2 - Mapa de cluster dominância-dispersão das vereadoras eleitas na Câmara Municipal de São Paulo



Organização: dos autores.

É necessário realizar algumas observações sobre o mapa de *clusters* por vereadora eleita, para entender a possível conexão com o seu território. Para a vereadora Erika Hilton destacam-se onze zonas eleitorais com alto desempenho nos agrupamentos Alto-Alto, a saber: Bela Vista (Zona 1), Perdizes (zona 2), Santa Ifigênia (zona 3), Mooca (Zona 4), Jardim Paulista (Zona 5), Vila Mariana (Zona 6), Lapa (zona 250), Pinheiros (Zona 251), Indianópolis (Zona 258), Butantã (Zona 346) e Rio Pequeno (Zona 374).

A votação de Luana Alves (PSOL) é similar à da Erika Hilton (PSOL), com os agrupamentos Alto-Alto nas zonas: Bela Vista (Zona 1), Perdizes (zona 2), Santa Ifigênia (zona 3), Jardim Paulista (Zona 5), Vila Mariana (Zona 6), Lapa (zona 250), Pinheiros (Zona 251), Vila Maria (Zona 254), Indianópolis (Zona 258), Butantã (Zona 346) e Rio Pequeno (Zona 374).

Sonaira (Republicanos), em comparação com as outras candidatas negras eleitas, é a que apresenta um número maior de zonas eleitorais influenciáveis pelo seu voto. Apresentam treze zonas pelo agrupamento Alto-Alto: Bela Vista (Zona 1), Perdizes (zona 2), Santa Ifigênia (zona 3), Mooca (Zona 4), Jardim Paulista (Zona 5), Vila Mariana (Zona 6), Lapa (zona 250), Pinheiros (Zona 251), Vila Maria (Zona 254), Indianópolis (Zona 258), Ipiranga (Zona 260), Butantã (Zona 346) e Rio Pequeno (Zona 374).

Em contrapartida, a vereadora Elaine Mineiro (PSOL) é a candidata eleita com a menor área influenciada, em comparação com as outras vereadoras. São apenas seis zonas eleitorais: Bela Vista (Zona 1), Perdizes (zona 2), Jardim Paulista (Zona 5), Pinheiros (Zona 251), Butantã (Zona 346) e Rio Pequeno (Zona 374).

Apesar da diferença das zonas agrupadas em Alto-Alto (indicado pela cor vermelha), o grupo de zonas (*cluster*) onde a votação das vereadoras é alta, assemelha-se ao grupamento de distritos onde o IDHM é o mais alto, variando em torno de 0,9 (Dados Abertos de São Paulo, 2010). Além disso, são também regiões com a grande concentração de pessoas autodeclaradas brancas.

A concentração de todas as vereadoras nas mesmas zonas eleitorais revela, também, que todas competem pelo mesmo território. Segundo a Figura 1, as candidaturas negras eleitas concentram mais votos da zona oeste e centro-sul do que as outras zonas do município de São Paulo. Vale destacar que, para entender a influência do contexto no voto, é importante analisar as interações sociais do eleitor nas zonas eleitorais, com uma maior probabilidade de espelhar o comportamento político relacionado à realidade socioeconômica do lugar (ZOLNERKEVIC, 2019).

Os padrões de votação apresentados já expõem o modo pelo qual as vereadoras se territorializam no município de São Paulo. Contudo, o estudo da conexão eleitoral requer que esta análise seja articulada com outros temas sobre a ação dos políticos enquanto parlamentares. Assim, o que analisaremos adiante, aborda a relação das vereadoras com suas atuações na Câmara Legislativa de São Paulo.

Os dados a seguir (Tabelas 4 e 5) é um esforço em reunir a atuação parlamentar durante o mandato do ano de 2021 até abril de 2022, com o objetivo de compreender a dinâmica eleitoral, bem como estratégias que essas representantes políticas eleitas utilizam para manutenção do poder.

Tabela 4 - Levantamento dos projetos de leis aprovadas entre janeiro/2021 e abril/2022 na Câmara Municipal de São Paulo

Assunto	Erika Hilton - (PSOL)	Elaine Mineiro - (PSOL)	Luana Alves - (PSOL)	Sonaira Fernandes - Republicanos
População Negra	2	2	1	–
Gênero	3	1	2	1
Educação	1	1	1	–
Urbanização	1	–	1	–
Saúde	3	2	2	2
Esporte	–	–	1	2
Regularização Fundiária	1	1	1	–
Religião	–	–	–	1
Desenvolvimento Social	3	1	2	–
Total	14	8	11	6

Fonte: Câmara Municipal de São Paulo. Organização: dos autores.

Tabela 5 - Levantamento dos projetos de leis em tramitação entre janeiro/2021 e abril/2022 na Câmara municipal de São Paulo

Assunto	Erika Hilton - (PSOL)	Elaine Mineiro - (PSOL)	Luana Alves - (PSOL)	Sonaira Fernandes - Republicanos
População Negra	15	3	13	–
Gênero	45	13	21	3
Educação	8	5	7	4
Urbanização	5	6	3	1
Trabalho	3	2	9	1
Saúde	16	7	13	10
Ambiental	13	1	6	1
Outros ⁶	34	5	20	6
Total	139	42	92	26

Fonte: Câmara Municipal de São Paulo. Organização: dos autores.

Nas Tabelas 4 e 5, destacamos o número e os temas dos principais projetos de lei das vereadoras da Câmara Municipal de São Paulo. Conforme discutimos anteriormente, não

necessariamente mulheres negras têm agendas relacionadas à questão de gênero e raça. Todavia, o que percebemos com os dados coletados, é que as vereadoras do partido Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) focam sua atuação parlamentar nesses temas, fato que pode ser explicado pela própria construção ideológica partidária em considerar a ação popular socialista, do movimento sindical, ambientalista e de direitos humanos (SILVA, 2012). Assim, apesar de os votos não serem majoritariamente oriundos da população negra no município de São Paulo, tanto suas campanhas eleitorais quanto suas atuações parlamentares se focam nos temas relacionadas a pautas sobre raça e gênero. A pesquisa revela, portanto, que não foram das áreas com concentração de população negra em São Paulo de onde saíram os votos das candidatas negras que possuem como pauta principal questões tradicionalmente relacionadas ao tema racial, indicando, talvez, que esses grupos priorizam outras agendas.

Segundo a Tabela 4, Erika Hilton obteve 14 projetos de leis aprovados, relacionados aos temas população negra e questões de gênero, em especial para grupos LGBTQIA+⁹. Também é notório o número de projetos em tramitação: dos 139, 25% se associa às questões de gênero, como ações contra a violência sexual, travesti e transexualidade e da mulher preta, além de outros temas sobre vulnerabilidade feminina. A vereadora Luana Alves (PSOL) também sobrepõe em sua vida política às pautas feministas negra, antirracista e de saúde pública. São onze projetos de leis aprovados pela vereadora, com temas diversos, relacionados a reconhecimento/protagonismo da história negra, enfrentamento à violência política contra mulheres, saúde e segurança pública. Das leis em tramitação, além de atuar bastante em pautas relacionadas a gênero (23%), raça (14%) e saúde (14%), a vereadora também se destaca em temas diversos, como pautas sobre educação, serviço social, políticas de fomento à cultura periférica, saúde, política urbana etc.

A vereadora Elaine Mineiro (PSOL) participa do mandato coletivo Quilombo Periférico, formado por seis lideranças que constituem em suas bases o movimento negro e periférico. A vereadora faz parte da Comunidade do Jongo dos Guaianás, do distrito Vila Jacuí, do grupo Samba das Pretas e coordenadora do núcleo de base da Uneafro Brasil. Durante seu mandato, ela conseguiu oito leis aprovadas, com temas relacionados à população negra, com ênfase na mulher negra (31%).

Já a vereadora Sonaira Fernandes (Republicanos) foi a primeira mulher eleita por este partido no município de São Paulo. Diferentemente das outras vereadoras do partido PSOL, sua pauta de atuação no Parlamento se constitui pelo crescimento da ideologia de direita, próximas ao conservadorismo, ideias atualmente defendidas pelo seu partido (Almeida, Peixoto, 2021). Durante seu mandato, foram aprovadas seis leis relacionadas a questões de saúde e esporte. Por sua vez, dos 26 projetos em tramitação 38% é relacionado à saúde.

Assim, analisar a atuação parlamentar aponta o “fazer agir” das vereadoras (representação substantiva) na Câmara Municipal de São Paulo. As vereadoras Erika Hilton (PSOL), Elaine Mineiro (PSOL), Elaine Alves (PSOL), até abril de 2022, atuaram em projetos relacionados a pautas de gênero e raça, mas também em temas sobre urbanização, questões ambientais e saúde. Por sua vez, a vereadora Sonaira Fernandes (Republicanos) não apresenta pautas raciais, mas dedica-se a temas relacionados à saúde, esporte, educação e religião. Conforme já pontuamos na pesquisa, a necessidade de grupos minoritários no processo de deliberação de poder é relacionada à captação da voz desses indivíduos historicamente marginalizados para a inclusão política (YOUNG, 2000). A pesquisa revela, portanto, que não podemos cair em essencialismos da representação-espelho: é preciso entender que a agenda de mulheres negras é múltipla.

⁹ LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais).

A pesquisa aponta que o crescimento de representantes de grupos marginalizados do poder político não pode ser definido como expansão de um voto-espelho de matriz étnico-racial. Pesquisas qualitativas precisariam ser realizadas para confirmar que essas vereadoras foram eleitas a partir de uma consideração mais próxima de uma representação substantiva, isto é, ideias e preferências do público sendo representadas no espaço de deliberação de poder.

Considerações Finais

A história recente do crescimento da representação feminina negra nas eleições eleitorais, em especial nas eleições de 2020, abre um leque de oportunidades para compreender as mudanças dessa participação. Assim, o papel da representação política é fundamental para entendermos a inclusão de grupos marginalizados no processo de deliberação de poder. Embora o conceito seja aliado a uma perspectiva complexa, entendemos a representação como uma prática plural, das características do representante e do representado e das condições de maior inclusão democrática.

As análises que realizamos nesta pesquisa revelou a importância dos estudos da Geografia Eleitoral para entender a espacialidade e o comportamento de grupos marginalizados, como as candidatas negras. Embora o comportamento dos representantes políticos eleitos não seja resultado de um processo político simples e direto, a análise municipal das eleições revelou que os padrões espaciais podem ser dispersos e concentrados e todas as vereadoras competem com outros candidatos nos municípios. A autocorrelação de Spearman foi usada para entender a associação entre as variáveis socioeconômicas da população em relação ao sucesso eleitoral: dos dados analisados, apenas a variável população branca possui uma correlação positiva e forte. Esse dado é interessante, pois revela que mulheres pretas que constroem suas campanhas com pautas clássicas raciais e/ou candidatas pretas não possuem necessariamente seu eleitorado espelhado.

Com o objetivo de compreender os padrões espaciais de votação das vereadoras eleitas no município de São Paulo, é importante refletir sobre um modelo representativo inclusivo, com ênfase nas questões de gênero e raça, de modo a sustentar a existência de uma relação estreita entre democracia e inclusão política. Tais estudos não são comuns na Geografia brasileira, mas entendemos que são de fundamental importância em um país com crescente diversificação social e que se encontra em processo de amadurecimento democrático.

Por fim, a importância de pesquisas como esta é movida pela necessidade de entender a falta de representatividade de mulheres negras dentro das instâncias de poder e servem para ilustrar a importância da representação de diferentes grupos marginalizados historicamente na arena legislativa. O sistema eleitoral deve ser visto como um elemento que apoia, fortalece e aprofunda o sistema democrático.

Agradecimentos

Essa pesquisa contou com recursos financeiros oriundos do Edital Demanda Universal CNPq Processo n.407406/2021-2.

Referências

- Akotirene, Carla. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen.
- Almeida, Debora Rezende. (2015). "Representação política revisitada: autoridade, legitimidade e democracia", in: Lavallo, Adrián Gurza; Vita, Álvaro; Araújo, Cícero. (Org.). *O papel da teoria política contemporânea*. São Paulo: Alameda.
- Almeida, Jheniffer Vieira; Peixoto, Vitor Moraes. (2021). "A identidade e a ideologia do Partido Republicano". *Tempo da Ciência*, v.28, n.55: pp.67–87. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rtc.v28i55.28038>
- Ames, Barry. (2001). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- Agnew, John. (1996). "Mapping Politics: How Context Counts in Electoral Geography". *Political Geography*, v.15, n.2, pp.129–46. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0962-6298\(95\)00076-3](https://doi.org/10.1016/0962-6298(95)00076-3)
- Augusto, Daniel Cirilo. (2017). *Comportamento Geográfico do voto: a identificação pessoal e a identificação partidária em Portugal e no Brasil*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá.
- Araújo, Clara. (2001). "Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, v.9, n.1, pp.231–252. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100014>
- Azevedo, Daniel Abreu. (2021). *O sofisma da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Apeku Editora.
- Azevedo, Daniel Abreu. (2023). "A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo". *Geosp*, v.27, n.2, pp.1-25. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2023.204649>
- Barbeta, Pedro Alberto. (2014). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Braga, Danilo Fiani. (2008). *Pentecostalismo e Política: uma geografia eleitoral dos candidatos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro - 2000 a 2006*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- Bratton, Kathleen. (2005). "Critical Mass Theory Revisited: The Behavior and Success of Token Women in State Legislatures". *Politics & Gender*, v.1, n.1, pp.97-125. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/s1743923x0505004x>.
- Campos, Luiz Augusto; Machado, Carlos. (2015). "A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, pp. 121–151. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151606>
- Campos, Luiz Augusto; Machado, Carlos. (2017). "O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014". *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, pp. 125–142. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256107>
- Carvalho, Nelson Rojas. (2003). *E no início eram as bases: Geografia política do voto e do comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Castro, Henrique Carlos; RAMOS, Paola Novaes. (2009). "Representação e distância na política contemporânea". *Sociedade e Cultura Revista de Ciências Sociais*, v.12, n.1, pp. 55–67. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v12i1.6901>
- Castro, Iná Elias. (2005). *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- Castro, Iná Elias. (2020). "Por que é preciso falar de partidos políticos, de eleições e de democracia?", in: Nunes, Juliana.; Monteiro, Lício (orgs.). *Crise e reinvenção dos espaços da política*, Rio de Janeiro: Consequência.
- Carraro, André; Araújo Junior, Ari Francisco; Damé, Otávio Menezes; Monasterio, L. M.; Shikida, Cláudio Djissey. (2007). "It is the economy, companheiro!: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais". *Encontro de Economia da Região Sul*: Porto Alegre-RS.
- Childs, Sarah; Cowley, Philip. (2011). "The politics of local presence: Is there a case for descriptive representation?" *Political Studies*, v.59, n.1, pp.1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2010.00846.x>.
- Cornwal, Andrea; Coelho, Vera Schttan. (2007). *Spaces for Change? The Politics of Participation in New Democratic Arenas*. London: Zed Books.

- Cunha, Ricardo Borges. (2014). *Geografia Eleitoral e o Emprego de uma Análise Sistemática: um estudo de caso sobre o processo Político no Município do Rio Grande/RS*. Dissertação em Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Dahl, Robert. (1989). *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University Press.
- Ethington, Philip; McDaniel, Jason. (2007). "Political places and institutional spaces: the intersection of Political Spaces and Political Geography". *Annual Revision of Political Science*, n.10, pp.127-142. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.10.080505.100522>
- Ferreira, Juliana Carvalho; Patino, Cecilia Maria. (2015). "O que realmente significa o valor-p". *Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia*, v.41, n. 5, pp.485-485. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-37132015000000215>
- Gelape, Lucas. (2017). *A geografia do voto em eleições municipais no sistema eleitoral de lista aberta: um estudo a partir de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Gonzalez, Lelia. (1983). "Racismo e sexismo na cultura brasileira", in: Silva, Luiz Antônio (Org). *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*, Brasília: Ciências Sociais Hoje, p.223-244.
- Gusic, Ivan. (2019). "The relational spatiality of the postwar condition: A study of the city of Mitrovica". *Political Geography*, v.71, pp.47–55. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2019.02.009>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2013). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília : IPEA.
- Johnston, Ron; Pattie, Charles. (2003). "Representative democracy and electoral geography", in: Agnew, John; Mitchell, Katharyne; Toal, Gerard (Orgs.). *A Companion to Political Geography*, Oxford: Blackwell.
- Johnston, Ron; Pattie, Charles. (2004). "Electoral Geography in Electoral Studies: Putting Voters in Their Place", in: Barnett, Clive; Low, Murray (Orgs.). *Spaces of Democracy: Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation*. London: SAGE Publications Ltd.
- Key, Voda. (1984). *Southern Politics in State and Nation*. New York: Alfred A. Knopf.
- Lavalle, Adrián Gurza. (2015). "Representatividade e representação democrática. Falso problema ou dualidade constitutiva", in: Lavalle, Adrián Gurza; Vita, Álvaro.; Araújo, Cícero. (Org.). *O papel da teoria política contemporânea*. São Paulo: Alameda.
- Loureiro, Maria Rita. (2009). "Interpretações contemporâneas da representação". *Revista Brasileira de Ciência Política*, v.1, n. 1, pp.63-93.
- Luchmann, Lígia Helena Hahn. (2015). "Inclusão, accountability e representação nas instituições de controle social: dimensões da deliberação democrática", in: Lavalle, Adrián Gurza; Vita, Álvaro.; Araújo, Cícero. (Org.). *O papel da teoria política contemporânea*. São Paulo: Alameda.
- Luzardo, Antônio José Rocha; Castañeda Filho, Rafael March; Rubim, Igor Brum. (2017). "Análise espacial exploratória com o emprego do índice de Moran". *GEOgraphia*, v.19, n. 40, pp.161-179. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13807>
- King, Gary. (1996). "Why context should not count". *Political Geography*, v.15, n.2 pp.159-164. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0962-6298\(95\)00079-8](https://doi.org/10.1016/0962-6298(95)00079-8)
- Maiolino, Eurico Zecchin. (2015). *Representação e Responsabilidade Política: Accountability na Democracia*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Manin, Bernard. (1995). "As Metamorfoses do Governo Representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 29, pp. 5-34.
- Magarian, Bárbara Rebeca Alves. (2023). "Os mandatos coletivos no Brasil à luz do conceito de institutional by-pass". *Revista Sociologia Política*, v.31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98732331e003>
- Meireles, Fernando; Andrade, Luciana Vieira Rubim. (2017). "Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros". *Revista de Sociologia e Política*, v.25, n. 63, pp.79–101. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256304>

- Mendes, Denise Cristina Vitale Ramos. (2007). "Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático". *Revista Katálysis*, v.10, n. 2, pp.143–153. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000200002>
- Medus, Norma Beatriz. (1997). "Los Estudios Electorales en la Geografía". *Huellas: revista del Instituto de Geografía*, v.1, n.1, pp.9-25.
- Mezzaroba, Orides; Moreira, Aline Boschi. (2013). "Instituto da representação política e seu significado na democracia indireta". *Derecho Politico: Anales de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales*, v.10, n.43, pp.222-234. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/33739>
- Miguel, Luis Felipe. (2003). "Representação Política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n. 51, pp.123-193. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100009>
- Minta, Michael. (2012). "Gender, Race, Ethnicity, and Political Representation in the United States". *Politics & Gender*, v.8, n. 4, pp.541 – 547. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1743923X12000578>
- Mitchell, Gladys. (2009). "Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil". *Revista Opinião Pública*, v.15, n.2, pp. 273–305. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200001>
- Moreira, Tábata Christie Freitas; Karruz, Ana Paula. (2021). "Quem é mais bem representado? Congruência entre parlamentares e segmentos do eleitorado brasileiro". *Revista Opinião Pública*, v. 27, n. 3, pp. 878–922. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273878>
- Munis, Kal. (2021). "Place, candidate roots, and voter preferences in an age of partisan polarization: Observational and experimental evidence". *Political Geography*, v.85, pp.1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2021.102345>
- Nicolau, Jairo; Peixoto, Vitor. (2007). "As Bases Municipais da Votação de Lula em 2006". In: *Quem Elegeu Lula?*. Rio de Janeiro: Cadernos do Fórum Nacional, p.235- 289.
- Pattie, Charles; Johnston, Ron. (2009). "Still talking, but is anybody listening? The changing face of constituency campaigning in Britain, 1997–2005". *Party Politics*, v.15, n.4, pp.411–434. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13540688093345>
- Paranhos, Ranulfo; Figueiredo Filho, Dalson Britto; Rocha, Enivaldo Carvalho; Silva Júnior, José Alexandre; Neves, Jorge Alexandre Barbosa; Santos, Manoel Leonardo Wanderley Duarte. (2014). "Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson: o Retorno". *Leviathan (São Paulo)*, v.1, n.8, pp.66-76. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-4485.lev.2014.132346>.
- Pitkin, Hannah. (1971). *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.
- Pitkin, Hannah. (2004). "Representation and democracy: uneasy alliance". *Scandinavian Political Studies*, v.27, n.3, pp.335-342. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2004.00109.x>
- Procuradoria Geral da Mulher. (2021). O Aumento da participação das mulheres na política brasileira. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria>>. Acesso: março, 2021
- Phillips, Anne. (1998). *The Politics of Presence*. Oxford: Clarendon Press.
- Regalia, Igot. (2004). "Representação Política", in: Bobbio, Norberto (Orgs). *Dicionário de Política*, Brasília: Editora UNB, 2004.
- Reynolds, Andrew. (2005). "Reserved seats in national legislatures: A research note". *Legislative Studies Quarterly*, v.30, n.2, pp.301-310. Disponível em: <https://doi.org/10.3162/036298005X201563>
- Sacchet, Teresa. (2012). "Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas". *Revista Estudos Feministas*, v.20, n. 2, pp.399–431. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200004>
- Sena, Karoline Kellen. (2018). "Observância Da Lei 12034/2009: Ações Afirmativas Para Superar A Sub-Representação Feminina Na Política". *CSONLINE - Revista Eletrônica De Ciências Sociais*, n.23, pp.177-192. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2017.17494>
- Sendra, Joaquín Bosque. (1998). *Geografía Electoral*. Madrid: Sistesis.
- Schmitt, Charles. (2006). *Teoria de la constitución*. Tradução: Francisco Ayala. Madri: Alianza, Universidad Textos.
- Schwindt-Bayer, Leslie. (2012). *Political power and women's representation in Latin America*. New York: Oxford University Press.

- Soares, Gláucio Ary Dillon; Terron, Sônia Luiza. (2008). "Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)". *Opinião Pública*, v.14, n.2, pp.269-301. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200001>
- Southier, Diane; Ávila, Marcelo. (2014). "Representação descritiva: possibilidades e limites". *Mosaico Social: Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC*, v.12, n.7, pp.2-14.
- Tribunal Superior Eleitoral – TSE. *Estatísticas Eleitorais*, 2021 <https://www.tse.jus.br>
- Tribunal Superior Eleitoral – TSE. *Estatística do Eleitorado – Consulta Quantitativo. Município de São Paulo*, 2021. <https://www.tse.jus.br>.
- Tribunal Superior Eleitoral de SP TSE -SP. *Maior colégio eleitoral do país, São Paulo tem 34,6 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2022*, 2022. <https://www.tre-sp.jus.br>
- Terron, Sonia. (2009). *A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006)*. Tese de Doutorado, Universidade Cândido Mendes.
- Terron, Sonia.; Ribeiro, Andrezza.; Lucas, Joyce Fonseca. (2012). "Há padrões espaciais de representatividade na câmara municipal do Rio de Janeiro? Análise dos territórios eleitorais dos eleitos em 2008". *Teoria e Pesquisa*, v.21, n. 1, pp.28–47. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/tp.2012.003>
- Vinen, Richard. (2002). *Bourgeois Politics in France, 1945 – 1952*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Young, Iris. (2000). *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Young, Iris. (2006). "Representação política, identidades e minorias". *Lua Nova*, n. 67, pp.139- 190. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>
- Warf, Barney; Leib, Jonathan. (2011). *Revitalizing electoral geography*. Londres: Ashgate e-book.
- Zolnerkevic, Aleksei. (2018). *A Geografia e os Estudos Eleitorais: a influência do contexto no comportamento eleitoral*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Zolnerkevic, Aleksei (2019). "Contexto social de vizinhança: percepções políticas na cidade de São Paulo". *Revista Brasileira de Ciência Política*, v.29, p.189–222. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220192906>